

## ANEXO I

### Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

1- **Paulo César da Costa Sêco**, titular do Cartão de Cidadão n.º 10178028, residente na Rua do Dormitório, n.º 48, Fracção E 1º ESQ, 3130-080 Granja do Ulmeiro, e **Tony Belmiro Morgado**, titular do Bilhete de Identidade n.º 10004946, residente na Urbanização Quinta do Corgo n.º2, Vimieira, 3050-187 Casal Comba, na qualidade de representantes legais da Firma **Seixas & Simões, Lda.**, com sede na Estrada Ribeira de Eiras, Bairro de Santa Apolónia, Armazém, n.º 7, Edifício Celsa Gomes, 3020-324 Coimbra, sem filiais, com o Número Fiscal de Contribuinte 503620106, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **Processo n.º 2019/300.10.005/277, para aquisição e montagem de estantes para o Arquivo Municipal**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2-Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Lista de Preços Unitários/Condições de Fornecimento – 190359 SS PS;
- b) Planta.

3-Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4-Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5-O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6-Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas no nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7-O declarante tem pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Coimbra, 02 de Abril de 2019

  
  
SEIXAS & SIMÕES, LDA  
A Gerência,